

A ACCÇÃO DO RATO
É

UMA ACCÇÃO EXEMPLAR !

VIVA A ACCÇÃO DO RATO !

solidariedade aos condenados e aos
presos da accção
do Rato

DISCUTAMOS A QUESTÃO
COLONIAL !

ABAIXO A REPRESSIONE FASCISTA !



O QUE SE PASSOU NO RATO...

Nos dias 30 e 31 de Dezembro de 1972, um grupo de algumas centenas de cristãos e não cristãos reuniu-se na Capela da Calçada Bento da Rocha Cabral em Lisboa, reflectindo sobre o problema da guerra em Angola, Guiné e Moçambique e as formas de conseguir a paz. Alguns dessas pessoas, em solidariedade com as vítimas dessas guerras e como expressão visível da sua determinação, propunham-se não tomar alimento durante 48 horas - tempo previsto para essa reunião.

No dia 31 ao fim da tarde deu-se uma intervenção policial com grande aparato. Todas as pessoas presentes resistiram solidária e pacificamente, tendo sido levadas à força para a esquadra do Rato, onde se procedeu à sua identificação. Foram depois conduzidas para a prisão do Forte de Caxias, onde se mantêm as seguintes pessoas:

JCÃO QUA (estudante do iscef)	JOSE H. LAVRADOR (operário)
LUIS MOITA (professor)	N. TEOTÓNIO FERREIRA (arq.)
HOMERO CARDOSO (publicista)	J. GALAMBRA DE OLIVEIRA (est. de direito)
JORGE WEMENS (estudante do ISE)	MANUEL COELHO (est. de medicina)
JOÃO CARVALHO	

Dia 10 (4ª feira) foi libertado sob fiança o prof. F. P. Moura, que é um dos atingidos pelo decisão do Conselho de Ministros, de expulsar os funcionários públicos presentes no Rato.

A partir do dia 4, alguns das pessoas que foram identificadas, incluindo alguns dos detidos, têm vindo a ser chamadas ao gabinete do Secretário do Ministro do Interior onde, na presença de um juiz e do capitão Cascais, lhes são feitas as seguintes perguntas, redigidas pelo próprio Ministro:

1. Esteve presente no dia 31 de Dezembro de 1972 na Capela da Calçada Bento da Rocha Cabral 1-B e na chamada "greve da fome contra a guerra colonial"?
 2. Solidariza-se com a referida greve?
 3. Qual a função pública que exerce?
- A estas perguntas só são permitidas três respostas: "SIM", "NÃO" ou "NÃO RESPONDO". É de notar o carácter capcioso deste questionário que procura deliberadamente deturpar o sentido das respostas e comprometer as pessoas.

COMO INTERPRETAR A ACÇÃO DAS AUTORIDADES PERANTE A ACÇÃO DO RATO?
COMO INTERPRETAR AS POSIÇÕES DA HIERARQUIA DA IGREJA, QUE SE RECUSOU A TOMAR CONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO POLICIAL? COMO INTERPRETAR AS POSIÇÕES ABSENTISTAS?
QUAL O CONTEUDO, SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DA ACÇÃO DO RATO? COMO DEFENDER OS ATINGIDOS NELA REPRESSÃO?

Acção do Rato

Acção exemplar

A Universidade é um campo onde se tem desenvolvido de 69/70, embora com oscilações próprias ao fluir da luta, um intenso debate crítico acerca das questões que dizem respeito tanto à Universidade e aos seus mecanismos de funcionamento próprios, como a todos os problemas fundamentais do país e das camadas trabalhadoras exploradas e oprimidas.

As contradições em que se debate o aparelho escolar derivadas, por um lado, da necessidade capitalista de adaptar os seus mecanismos à actual fase de desenvolvimento do capitalismo português (a que é uso chamar REFORMA), e por outro lado, da necessidade fundamental de manter os estudantes aderentes ao projecto político governamental, no que respeita à questão colonial em que desempenham um papel extremamente importante (na coesão do exército) - levam a que a própria Reforma contenha os mecanismos adequados a esta necessidade de pacificação política. Estes mecanismos, o mais evidente é a sistemática divisão dos estudantes e o seu mais rígido enquadramento escolar, intensificando o grau de rentabilidade do investimento escolar - simultaneamente com medidas internas de repressão (processos disciplinares, gorilas, expulsões, etc.) e externas (intervenções policiais, etc.).

O objectivo político fundamental do governo e da sua tática é a de evitar que a partir das problemáticas e acções levantadas no âmbito das lutas estudantis, se propagandem as questões fundamentais que afectam as camadas populares.

A TACTICA DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDADE visa liquidar uma conquista fundamental do movimento estudantil, na sua dura luta dos últimos anos (a partir de 1969), ou seja, a capacidade do exercício prático de reunião, informação e discussão política. Pois o que até então era um movimento virado para si próprio - corporativo nos seus fins, por que unicamente atento à satisfação das suas necessidades e exigências enquanto corpo aderente, no fundamental, à ideologia e ao projecto político da classe dominante - transformou-se, por força das mudanças da sua constituição e do seu papel e lugar no quadro do capitalismo português, num movimento capaz de colocar os problemas sociais e políticos fundamentais do país (e os seus próprios problemas de grupo social privilegiado) em termos de luta de classes, virado para fora de si próprio e dos muros da escola. Para ilustrar esta situação bastará lembrar que a prática informativa às camadas populares é já uma conquista definitiva do movimento estudantil, impossível de contrariar ou jugular pelo menos para o largo período das lutas que se avizinham.

Por isso a acção desenvolvida no Rato pelos cristãos, encontra nos estudantes receptividade, aderência ou pelo menos simpatia:

- Num movimento estudantil que tem sabido adoptar uma prática de luta na base de opções políticas quase sempre claras e bem definidas, ultrapassando as práticas pedagogísticas, pondo o seu trabalho e o seu movimento no campo da luta de classes, levantam do com energia e sempre a questão da guerra colonial,

propagandando a problemática colonial junto a outros sectores;

- Num movimento estudantil que integra na sua experiência de luta mais recente um confronto com a mais feroz repressão; assumindo as mais variadas formas e combinações, desde os assassinios políticos, às prisões, e intervenções policiais directas dentro e fora das faculdades, às suspensões e expulsões arbitrárias, às incorporações no "exército colonialista" etc.

Os estudantes pelas suas experiências mais recentes estão em condições para se solidarizar com a atitude dos cristãos do Rato, assumindo o conteúdo da sua luta e compreendendo o seu significado e importância reais.

Senão, vejamos:

A acção do Rato foi um exercício prático, da liberdade de Reunião, Informação e Discussão Políticas, num lugar público e a propósito dum tema proposto pela hierarquia da Igreja (A Paz);

Consistiu na abordagem de um tema fundamental, à volta do qual, de forma fundamentada, se propuseram um conjunto de questões, para a discussão e solução das quais se avançaram teses diferentes das do governo;

esse tema foi o da guerra colonial, que sem dúvida é um dos que mais directamente afecta todos os portugueses e muito particularmente as camadas trabalhadoras e os estudantes.

A acção do Rato não pode ser escanoteada por quem pretenda intervir na vida política do país, numa perspectiva progressista, seja a que nível for.

A acção do Rato não escanoteando as questões fundamentais, antes afrontando-as corajosamente, desnascou a hierarquia da igreja em Portugal e a sua pseudo-neutralidade face à política;

A acção do Rato colocando a questão da guerra colonial de forma correcta, alertou todas as camadas para a necessidade de abordar e tratar essa questão fundamental;

uma dessas camadas é a estudantil que não pode deixar sem resposta esse apelo; que não pode deixar sem resposta a repressão violenta à acção do Rato.

É importante proclamar-se que a luta dos cristãos no Rato é reprimida porque é uma luta que coloca correctamente um problema fundamental.

É importante proclamar-se que é reprimida por abertamente assumir o carácter público.

Só proclamando a sua correcção e assumindo o seu conteúdo se defenderão as pessoas que a repressão atingiu, quer pela prisão e tortura, quer pela expulsão dos funcionários públicos das suas actividades.

Mas é impossível defender as práticas de luta ousadas e correctas sem criticar e isolar as posições que face às iniciativas e à sua importância tomam atitudes incorrectas expondo-as à mais baixa calúnia, procurando reduzi-las e isolá-las à iniciativa de pessoas "bem intencionadas" ou "mal intencionadas".

As posições incorrectas que se manifestaram até agora foram fundamentalmente duas:

- 1- As que pretendem escanotear a importância e o significado da acção do Rato, chegando a xacotear e a "achar piada" à repressão que se exerce sobre a iniciativa e as pessoas.

Esta é a posição dos que "não passam cartão" a essas coisas de cristãos pois não dizem directamente respeito ao seu trabalho de auto-reprodução e às suas "coutadas ideológicas", posições que no fundo escondem a mais conflagradora impotência política, a mais conflagradora incapacidade de ligar as questões, de encontrar numa luta os elementos que enriquecem outras lutas.

2- A outra posição é a que procura colocar por um lado as pessoas atingidas pela repressão e por outro lado o conteúdo e significado dum acto em que estiveram empenhadas muitas mais pessoas.

São as posições que assentam na defesa exclusiva ou principal das pessoas presas ou atingidas (ou só de algumas dessas pessoas) secundarizando ou não chegando a colocar a questão do significado do acto a que a repressão deu dimensão política, no que ele contém de fundamental: a liberdade de reunir, informar e discutir acerca de uma questão da vida do país, assumindo em relação a ela posições claras, inequívocas e públicas.

Do conhecimento do que se passou no Rato, da sumária análise que se faz, da crítica às posições incorrectas, resulta a necessidade de uma actuação estudantil.

É necessário virar a acção dos estudantes para que a discussão interna às escolas seja canalizada por várias formas para os sectores das camadas populares a quem particularmente interessa propagandear o conteúdo da acção do Rato.

Face à medida repressiva que atingiu os cristãos no Rato e no que respeita à expulsão do prof. Moura na sequência do decreto que atinge os funcionários públicos, é importante verificar qual a atitude dos professores de Económicas. Face a uma medida de tal gravidade, que põe radicalmente em causa a possibilidade de discutir as questões políticas fundamentais, que expõe os professores a medidas de tipo administrativo:

- ou os professores ficam impassíveis e paralizados, mostrando claramente o carácter apologético, acrítico e falsamente neutral da sua "função docente", pois pactuam com medidas tomadas face a uma discussão sobre um assunto fundamental à sua própria prática enquanto professores, como é a questão colonial.
- ou, fazendo a defesa individual do prof. Moura em termos necessariamente incorrectos e moralistas, mostram claramente não terem querido compreender a importância e o significado dos acontecimentos e da repressão que se seguiu (em que não só o prof. Moura foi atingido).

ou, integrando o movimento pela reintegração do prof. Moura na reivindicação do direito à livre expressão e discussão política como professores e funcionários públicos, dão um passo em frente no sentido de uma adequada resposta à repressão fascista.

Assim uma resposta correcta do corpo docente terá de ser colectiva, pública e invocada.

No entanto, e como é evidente, apesar das aulas ainda não terem começado (nem se saber quando começarão...) será determinante a posição estudantil.

TODOS AO MEETING DE SEXTA - FEIRA (Estudantes e Assistentes)

Um Grupo de Estudantes, Monitores, Assistentes e Licenciados

MOÇÃO APROVADA NO RATO EM 31.12.72

Considerando:

1. A guerra injusta contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique.
2. Que o fim da guerra é manter os povos africanos numa situação de escravidão.
3. Que esta guerra se integra na lógica, no conceito de imperialismo.
4. Que o povo português é também vítima deste processo de exploração e opressão, pois é o mesmo governo que promove as guerras coloniais, que explora, oprime e reprime os trabalhadores portugueses.
5. A luta dos povos das colónias é uma luta justa.

1º Repudiam vigorosamente a política do governo português de prosseguir uma guerra criminosa com a qual tenta aniquilar movimentos de libertação das colónias portuguesas, nas quais morrem, ficam feridos e incapacitados milhares de jovens portugueses.

2º Denunciam igualmente a atitude de cumplicidade da hierarquia da Igreja Católica portuguesa face a esta guerra e aos problemas que ela põe ao povo português.

3º Denunciam toda a repressão de que têm sido vítimas muitos trabalhadores e jovens portugueses por se manifestarem contra esta guerra criminosa assim como o esmagamento dos movimentos e organizações democráticas.

4º Manifestam a sua solidariedade com os povos das colónias em luta pela sua libertação.

5º Solidarizam-se com todos os portugueses que têm lutado e lutam consequentemente pela instauração de uma sociedade justa.

6º Apela veementemente para todas as pessoas que têm consciência ou sentem essa situação, para se unirem num esforço consequente de luta contra a exploração e opressão exercida sobre o povo trabalhador.